



Projetos, continuidades e/ou desmontes – mapeamento da produção bibliográfica sobre Educação Indígena no período democrático com ênfase nos acontecimentos recentes nas políticas educacionais destinadas aos povos indígenas.

Flávia Batista Freitas¹ José Gabriel Silveira Corrêa²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo a apresentação do percurso de pesquisa realizado para este projeto de iniciação em pesquisa, buscando construir conhecimento a partir do levantamento de fontes e produções bibliográficas sobre educação indígena, particularmente os esforços e instabilidades produzidos nos últimos cinco anos (2014-2019). Objetivou-se mapear e estabelecer nexos na variedade de produções catalogadas em bibliotecas de universidades públicas, fundamentalmente na região Nordeste, tentando dar sentido reflexivo a variada forma de materiais, tais como relatos de experiências, projetos visando intervenção pedagógica, relatórios de pesquisa, ensaios sobre o tema, trabalhos monográficos e possivelmente, mapeamentos parciais, visando sistematizar e reunir dados, produzindo uma análise a partir dos materiais obtidos. E disso extrair nexos que possam ajudar em futura avaliação continuidades e descontinuidades entre novas e velhas formas de se denominar e classificar esforços “pedagógicos”.

PALAVRAS-CHAVE

Política Indigenista, Políticas Públicas, Educação Indígena, Antropologia.

1 Aluna do Curso de Ciências Sociais, UACS, UFCG, Campina Grande, PB, flaviabatista1014@gmail.com

2 Doutor em Antropologia, Professor de Antropologia da UACS, UFCG, Campina Grande, PB, josegabrielcorrea@gmail.com.

Projects, continuities and/or dismantle – mapping the bibliographic production on Indigenous Education in the democratic period with emphasis on recent events in educational policies aimed to indigenous peoples.

Flávia Batista Freitas³ José Gabriel Silveira Corrêa⁴

ABSTRACT

This article aims to present the research path undertaken for this research initiation project, seeking to build knowledge from the survey of sources and bibliographic productions on indigenous education, particularly the efforts and instabilities produced in the last five years (2014- 2019). The objective was to map and establish links in the variety of productions cataloged in public university libraries, mainly in the Northeast region, trying to give reflective meaning to the varied form of materials, such as experience reports, projects aimed at pedagogical intervention, research reports, essays on the theme, monographic works and possibly partial mappings, aiming to systematize and gather data, producing an analysis based on the materials obtained. And from that extract nexuses that can help in future evaluation continuities and discontinuities between new and old ways of calling themselves and classifying “pedagogical” efforts.

KEY WORDS

Indigenous Policy, Public Policies, Indigenous Education, Anthropology.

³ Graduating student in Social Sciences, UACS, UFCG, Campina Grande, PB, flaviabatista1014@gmail.com

⁴ PhD in Anthropology, Professor of Anthropology at UACS, UFCG, Campina Grande, PB, josegabrielcorrea@gmail.com.

Introdução

Este artigo é fruto da pesquisa realizada para o projeto PIBIC/UFCG 2019-2020 no que refere-se ao período final da pesquisa, marcada pelas especificidades referidas do ano de 2020, que além de limitar as atividades de trabalho, também parece acompanhar as atividades das fontes de pesquisa – bibliotecas de universidades públicas – tanto no recebimento como indexação de novos materiais sobre educação indígena. Assim, o mapeamento de mudanças, alterações e retrocessos esteve particularmente condicionado a um olhar restrito e restringido pelas mudanças e modificações no cenário administrativo pouco simpático as construções pedagógicas das últimas décadas e limitações frutos do cenário pandêmico da maior parte deste ano.

As leituras ficaram restritas a materiais mais gerais sobre educação indígena, em especial o livro de Paladino & Paiva, 2012 que procura refletir sobre o período mais recente da implementação de políticas públicas para populações indígenas no que se refere a educação. Também se percorreram materiais metodológicos que permitissem compreender como se levantam fontes em bibliotecas universitárias e a partir daí construir nexos que permitissem compreender e avaliar a quantas anda em matéria de produção bibliográfica sobre educação indígena e daí desdobrar como estaria o campo da educação indígena.

Em termos específicos, o que se tem como horizonte de pesquisa, visa refletir sobre os efeitos das alterações surgidas a partir da constituição de 1988, onde a perspectiva de um país que considera e apoia sua diversidade cultural, produzirá a busca e a construção dentro do Estado brasileiro de ações estatais que valorizem sua diversidade e transformem múltiplos espaços sociais no sentido desse reconhecimento de nossa multiculturalidade.

A aposta no mapeamento, tinha como propósito também ao perceber a produção bibliográfica, perceber eixos de investimento na produção e também diferenças, conflitos e disputas em torno dos sentidos e práticas aplicadas na educação indígena em específico e na política indigenista em geral, tanto no que refere a contextos locais como em sua disseminação nacional. Apesar de o horizonte ser o marco constitucional atual de 1988, não se ignoram nexos anteriores que remetem tanto a Fundação Nacional do Índio, como aos projetos educacionais do Serviço de Proteção aos Índios e, lógico as diferentes dimensões coloniais dos passados monárquicos e coloniais da atuação pedagógica junto a populações nativas, marcos fundamentais para perceber continuidades e descontinuidades no que seriam as “novas” ações das últimas décadas.

METODOLOGIA

Para falarmos sobre metodologia, antes de tudo é importante sinalizar que lidamos com uma diversidade de materiais produzidos, tendo referência a diferentes tipos de cursos de formação, que variam de encontros e cursos rápidos até as mais recentes formações específicas em graduação como as licenciaturas interculturais e bem mais recentemente, mestrados e doutorados que tratam do tema. Também, por certo um campo diverso, a produção é feita tanto por indígenas, como por funcionários governamentais e profissionais da sociedade civil em geral. Realizada também em diferentes contextos e escalas e por diferentes modelos de intervenção pedagógica estatal – de direta a até mesmo independente.

Feitas estas ressalvas, nota-se que mesmo com direcionamentos gerais emitidos tanto pelo ministério da educação como da fundação nacional do índio, as maneiras de atuação tem conexões locais e regionais, e ainda respondem a contextos e tradições de atuação distintas – mais próximas aos modelos de tutela tradicionais, pensados em modos novos e/ou alternativos e/ou carregando muitas vezes as tensões de projetos em disputa do que deve ser a educação indígena. Destacar isso também nos parece importante, para refletir sobre os contextos e conexões dos diferentes projetos a cerca da educação indígena que não só informam mas, muitas vezes, indicam e restringem uma reflexão mais aprofundada, impedindo melhor compreensão e/ou atuação da temática.

Ao escolher as bases de dados das universidades públicas brasileiras para procurar a produção bibliográfica apostou-se como lugar privilegiado para percepção da complexidade de tal assunto, já que são nestes locais que tem se concentrado a pesquisa e a formação a cerca do tema educação indígena, além de serem locais preferenciais onde se concentram os materiais produzidos e muitas vezes de sua divulgação. Também partindo desse aprofundamento sobre educação indígena, de suas práticas, percursos e políticas, se projeta o expediente reflexivo realizado em outros trabalhos (OLIVEIRA FILHO & LIMA, 1981; LIMA, 1995)., de fazer aparecer também um conhecimento mais denso sobre a própria antropologia e não ser apenas mera reprodução de interpretações canônicas sobre a história da disciplina que só reforçam narrativas e padrões do que Bourdieu chamou de doxa acadêmica (1989).

O quadro parcial aqui apresentado também objetiva prover de informações futuras análises onde os trabalhos sobre educação indígena, a constituição do Estado brasileiro e suas ações sobre populações indígenas e a própria disciplina acadêmica sejam percebidos enquanto partes de um

contexto histórico e complexo, sinalizado na parte final deste artigo com questões colocadas para serem tematizadas mais a frente.

DESENVOLVIMENTO

A pesquisa passou pela apresentação do campo usualmente qualificado de temática indígena e/ou questão indígena, com publicações como Povos Indígenas no Brasil do Instituto Socioambiental e a revista Realidade Indígena editada pela FUNAI na década de 70, exemplos meio recorrentes de como se pensa e constrói um olhar de como devem ser percebidas as populações indígenas, tanto no sentido de publicidade como de demanda por uma correta percepção de quais pontos e temas seriam centrais para se conhecer este universo temático.

Neste sentido, além do projeto, o livro de autoria de Mariana Paladino e Nina Paiva Almeida denominado: “Entre a diversidade e a desigualdade: uma análise das políticas públicas para a educação escolar indígena no Brasil dos governos Lula” foi central para compreensão tanto da trajetória como da complexidade do tema, já que a partir deste enfoque sobre a garantia de direitos específicos e construção de políticas públicas, focadas em assegurar a reprodução cultural destes povos e sua relação com outras culturas nacionais (interculturalidade), procurando dar conta dos processos de diversidade étnico-racial e cultural do país. A análise crítica histórica feita na publicação, além de recuperar a apropriação da questão indígena em diferentes períodos, sinaliza para os impactos mais recentes dos investimentos feitos na área nas últimas duas décadas, desde o aumento de recursos como a criação de ações diversas que impulsionaram inclusive a produção de conhecimento e das próprias publicações tematizadas por esse projeto. Ao apontar as formas de tratar a diversidade indígena de quatro maneiras: assimilacionista, integracionista, multicultural ou interculturalista, indicando desde uma imposição cultural do assimilacionismo até a valorização dos diferentes processos culturais da interculturalidade. Somados a outros textos como o livro de Aracy Silva: “A questão indígena na sala de aula: Subsídios para professores de 1º e 2º graus” ou os artigos de João Pacheco de Oliveira Filho, “Cidadania e Globalização: Povos Indígenas e Agências Multilaterais” e dele e Antônio Carlos de Souza Lima, “Os muitos fôlegos do indigenismo”, começa-se estabelecer um conhecimento sobre este cenário no qual a educação indígena se constitui.

A percepção de múltiplas facetas da ação estatal e demais participantes do espaço da educação indígena na construção desse olhar e prática da diversidade, levou a investigação da produção bibliográfica para perceber e indicar as heterogeneias, as diferentes formas de execução –

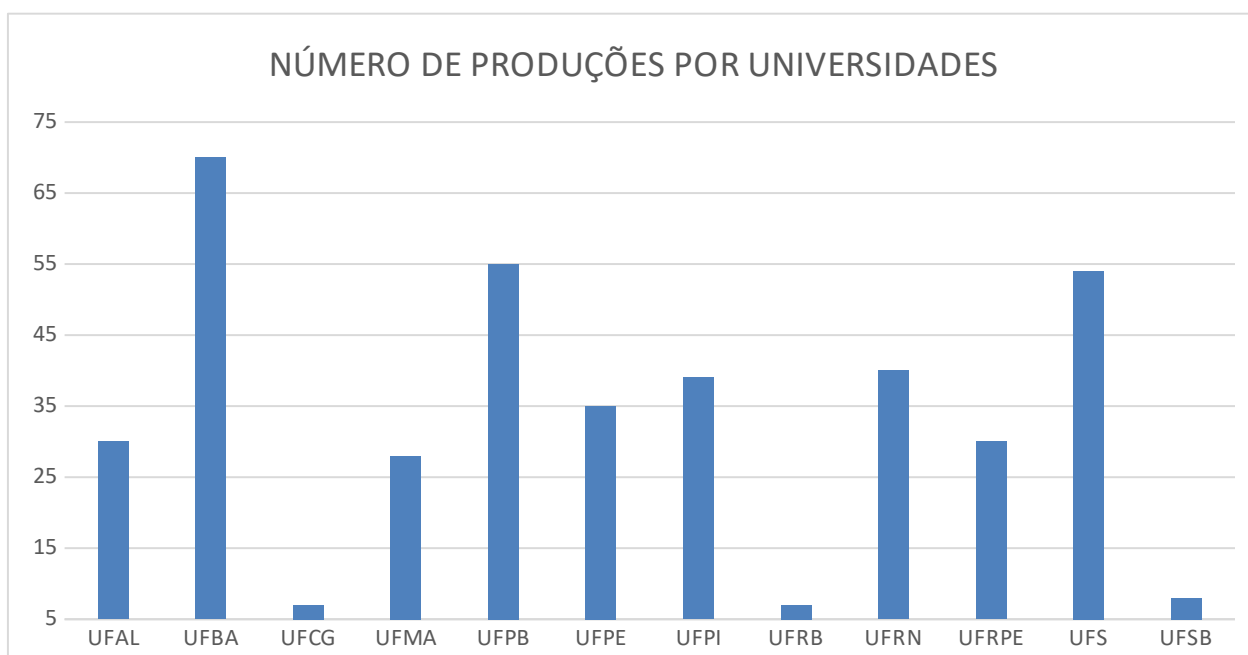
mais ou menos valorizadas, melhor ou pior executadas – tentando começar a compreender como se constrói o conhecimento nas últimas quatro décadas.

Não devemos esquecer que políticas públicas e ações afirmativas devem em todo modo, resguardar a quem elas atingem, valorizar suas perspectivas e modificar positivamente a realidade, construindo uma perspectiva mais generosa em relação as populações indígenas. Daí, partimos da execução das ações, em perspectivas generalistas e homogeneizadoras, sem muitas vezes refletir sobre a pedagogia única aplicada em diferentes comunidades indígenas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação a pesquisa, pode-se perceber que o número de obras acerca das temáticas, “educação indígena” e “educação intercultural indígena” aumentaram substancialmente no nordeste, onde centrou-se o levantamento por conta do tempo reduzido da pesquisa que acabou sendo de 6 meses. Em comparação com a pesquisa PIBIC realizada anteriormente, referente ao ano de 2017 – 2018 – 295 referências – teve um aumento menor do que anos anteriores em torno de 368 referências. É perceptível o aumento de monografias e dissertações sobre educação indígena.

Gráfico 1. Número de produções por universidades federais referentes à temática “educação indígena” e “educação intercultural indígena”.



Esta tabela lista na busca o número de obras identificadas como sendo da temática *educação indígena e educação intercultural indígena*. O aumento foi menor do que a pesquisa em 2016/17, além de terem sido incluídos a pesquisa nas universidades federais do Recôncavo Baiano (UFRB) e do Sudoeste Baiano (UFSB). Tivemos problemas em acessar o material das universidades estaduais, o que será aprofundando num momento futuro.

Outro ponto importante para se destacar, foi que ao decorrer do levantamento das obras, os números de obras com a temática “Educação Indígena” eram expressivamente superiores aos de “Educação Intercultural indígena. Tal realidade pode ser representada na seguinte comparativo entre tabelas:

Tabela 1. Número de obras com o termo “Educação Intercultural Indígena” por Instituição.

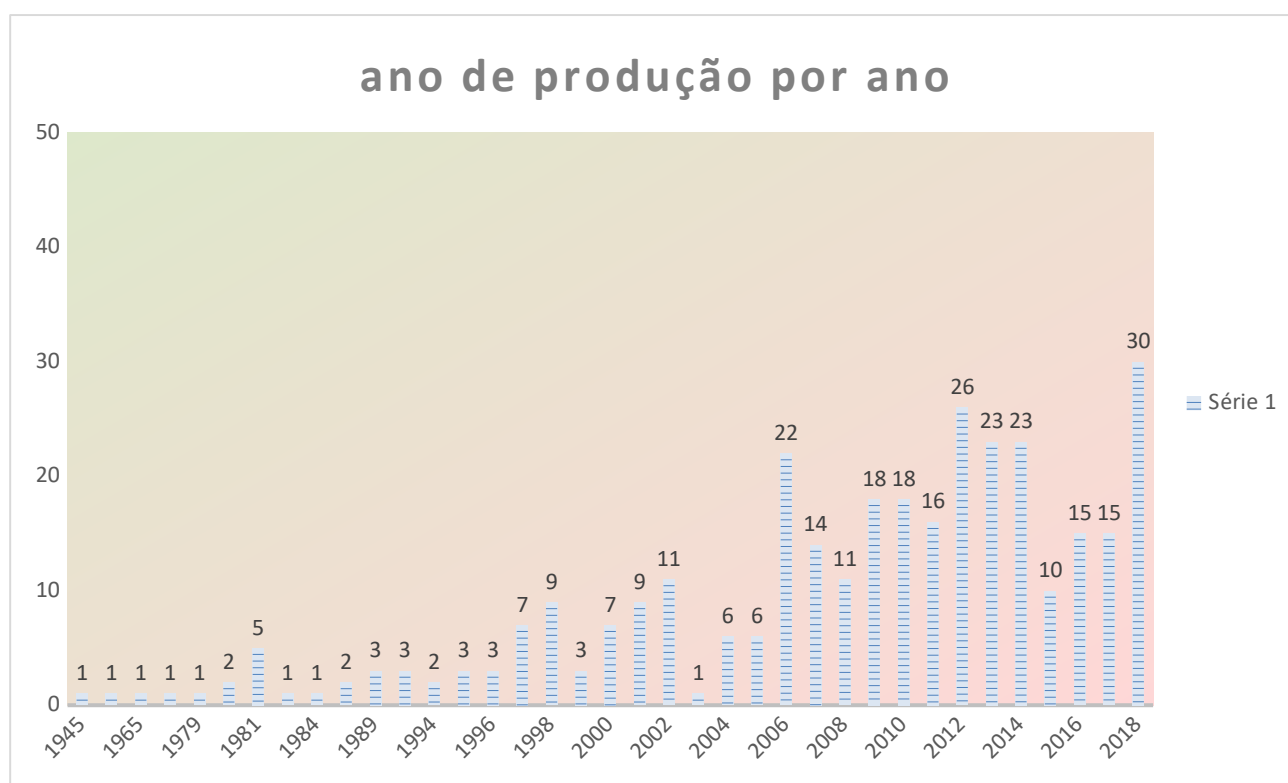
Biblioteca	Obras	Tipo mais recorrente
UFAL	1	1 Livro
UFBA	9	4 Dissertações
UFCEG	0	
UFMA	4	2 livros
UFPB	3	2 Dissertações
UFPE	7	4 Livros
UFPI	4	3 Livros
UFRB	0	
UFRN	9	3 livros
UFRPE	3	3 Livros
UFS	5	2 Livros
UFSB	0	

Tabela 2. Número de obras com o termo “Educação Indígena por Instituição

Biblioteca	Obras	Tipo mais recorrente
UFAL	27	16 Livros
UFBA	61	20 Livros
UFMG	7	4 Livros
UFMA	23	17 Livros
UFPB	52	29 Livros
UFPE	28	12 Livros
UFPI	34	21 Artigos
UFRB	7	4 dissertações
UFRN	31	20 Livros
UFRPE	27	15 Livros
UFS	49	27 Livros
UFSB	8	5 Livros

As tabelas indicam ainda uma disparidade entre a quantidade das obras, sem contar que quando o tema é educação as referências chegam as milhares. Além do indicativo do desafio em tornar a diversidade cultural uma temática que se espraie por maiores espaços e de tornar o Estado-nação e suas instituições abertas ao diálogo entre culturas. Tal realidade deve ser mudada, já que aposta de um país diverso deveria ser de perceber os processos interculturais como imprescindíveis, onde caberiam as universidades juntamente com o Governo Federal aplicar medidas que contribuam para mudar tal realidade.

Gráfico 2 - Número de produções por ano.

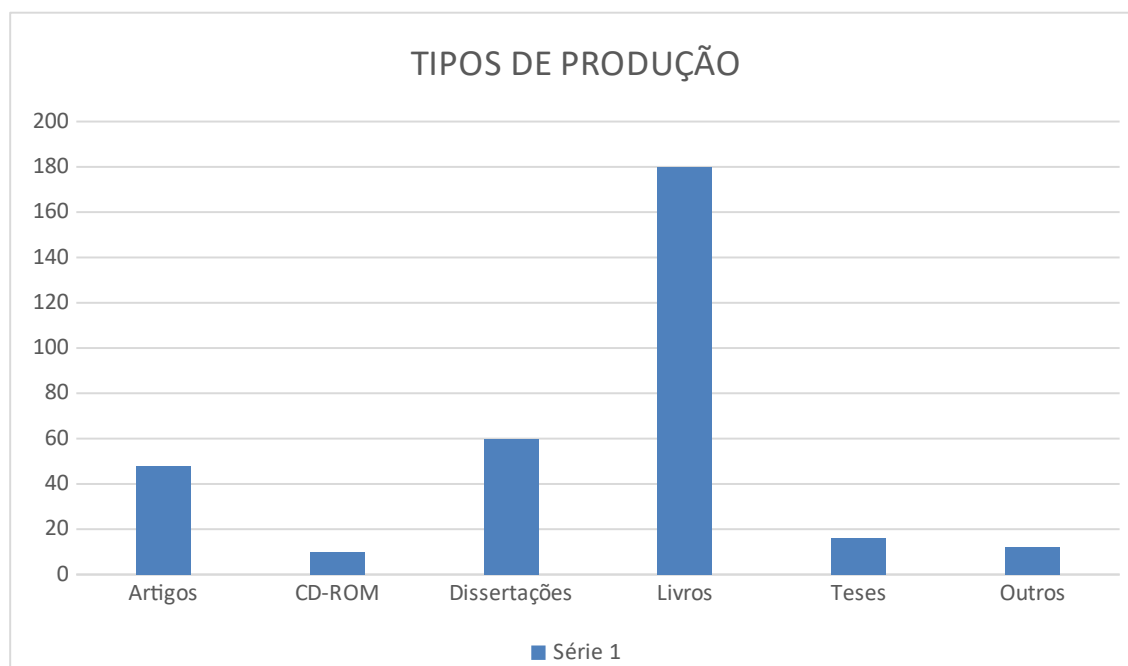


Pensando o levantamento a partir dos momentos de publicação, no gráfico acima (Gráfico 2), nota-se um aumento de números de obras produzidas a partir da primeira década do século XXI, muito provavelmente devido as políticas públicas de âmbito federal, direcionadas também para o fomento de publicações envolvendo projetos e programas educacionais para as populações indígenas, iniciadas no primeiro Governo Lula e que deram continuidade no governo Dilma. Se percebeu até o início de século XXI, que as ações, políticas públicas e lutas dos indígenas quando eram tratadas, eram dispersas em dimensões mais gerais e genéricas, assim, suas questões eram

atendidas de maneira parcial e que não compreendia a multiplicidades étnicas-culturais dos grupos. A partir da criação da “Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena – CNEEI”, promovendo assim ofertas escolas em terras indígenas e também a Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Inclusão (SECADI), dando assim um respaldo institucional para as demandas e recendo verbas específicas para a promoção de políticas públicas e ações afirmativas. A partir de programas como o Brasil Alfabetizado, Saúde na Escola e Escola Ativa, houve um estímulo a diversos segmentos que estavam inseridos nas escolas públicas.

A implementação de melhorias e construção de escolas indígenas, melhorando as condições para as edificações; a formação de indígenas para atuar como professores; produção de material didático específico, tendo textos em línguas indígenas.

Gráfico 3. Tipos de produção referentes à temática “Educação Indígena e Educação Intercultural indígena”.



Neste último gráfico, indica-se os vários tipos de produções feitas nas doze instituições de ensino superior que foram pesquisadas. O número maior de produções fica para os livros, seguidos de artigos, dissertações e teses e produção audiovisual (CD-ROM). Boa parte destas produções se devem aos programas realizados pelo MEC, tanto pela institucionalização de ações de acesso universitário através de cotas raciais para indígenas ou descendentes de indígenas, à ações como o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas – PROLIND, construído para apoiar projetos de cursos de licenciatura específicos para a formação de professores indígenas, desdobrando em o estímulo ao exercício da docência nas escolas indígenas.

Conclusão

Pode-se perceber na pesquisa um evidente e gradual aumento da produção bibliográfica, perceptível na aquisição de materiais sobre estes temas, presentes nas bibliotecas das universidades federais públicas do Nordeste. Ao que parecem indicar os números, existem poucas aquisições no tema, apenas com aumento de dissertações e teses, muito provavelmente fruto da diminuição de recursos para compra de novas publicações, mas só se poderá avaliar em momento futuro.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com o apoio CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil, a partir da Bolsa concedida no Programa PIBIC/CNPq-UFCG.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. DIFEL, Lisboa, 1989.
- COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO/SP. **A questão da educação indígena**. Brasiliense, São Paulo, 1981. 222p.
- CAVALCANTI, Ricardo Antônio da Silva. Presente de branco, presente de grego? Escola e escrita em comunidades indígenas no Brasil Central. **Dissertação de Mestrado**. PPGAS/MN/UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.
- COLLET, Célia Letícia Gouvêa. “Quero progresso sendo índio”: o princípio da interculturalidade na educação escolar indígena. **Dissertação de Mestrado**. PPGAS/MN/UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.
- LIMA, Antônio Carlos de Souza. “FUNAI” In **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, 5v., p. 2426-2432. FGV-CPDOC, Rio de Janeiro, 2001.
- . **Um Grande Cerco de paz**. Editora Vozes, Petrópolis, 1995.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. “Cidadania e Globalização: Povos Indígenas e Agências Multilaterais”. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 6, nº. 14, p. 125-141, 2000.

- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco; LIMA, Antônio Carlos de Souza. Os muitos fôlegos do indigenismo. In: **Anuário Antropológico 81**. Editora Tempo Brasileiro e Editora da UFC, p. 277-290, Rio de Janeiro/Fortaleza, 1983.
- PALADINO, Mariana. Educação Escolar Indígena no Brasil contemporâneo: Entre a “revitalização cultural” e a “desintegração do modo de ser tradicional. **Dissertação de Mestrado**. PPGAS/MN/UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.
- PALADINO, Mariana & Nina Paiva ALMEIDA. **Entre a diversidade e a desigualdade: uma análise das políticas públicas para a educação escolar indígena no Brasil dos governos Lula**. Contra Capa Livraria, LACED/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 2012. 151p.
- REPETTO, MAXIM. Roteiro de uma etnografia colaborativa: as organizações indígenas e a construção de uma educação diferenciada em Roraima, Brasil. **Tese de doutorado**, PPGAS/Unb, Brasília, 2002.
- REVISTA ATUALIDADE INDÍGENA. **Anos 1978 e 1979**. FUNAI, Brasília.
- SILVA, Aracy Lopes. **A questão indígena na sala de aula: Subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasiliense, São Paulo, 1987. 252p.
- SILVA, Aracy Lopes da & Mariana Kawall Leal Ferreira (org.). **Antropologia, História e Educação: A questão indígena e a escola**. Global, São Paulo, 2001.
- STOCKING, George. **A formação da antropologia Americana (1883-1911)**. São Paulo, Contraponto, São Paulo, 2004.
- SUESS, Paulo. **Em defesa dos povos indígenas: documentos e legislação**. Edições Loyola, São Paulo, 1980.